

www.sabotagem: pirataria ou resistência?¹

Rodrigo de Oliveira Morais²

Escola de Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

A partir de um caso concreto, a página do coletivo brasileiro Sabotagem, avançamos na investigação a respeito das relações entre os conceitos de Zona Autônoma Temporária (TAZ) e de máquina de guerra. A proposta do Sabotagem é a distribuição gratuita de livros pela Internet, violando a legislação que protege direitos autorais. Em outras palavras, o uso da rede para o estabelecimento do livre fluxo do conhecimento. Procuramos demonstrar como, na prática, a Internet pode ser usada como arma de “guerrilha cultural” por uma organização que opera de modo clandestino, obedecendo os princípios da TAZ e seguindo a proposta de proliferação de máquinas de guerra por meio da rede. Sabotagem é um exemplo de *contra-net*, termo que indica o “uso clandestino, ilegal e rebelde” da rede, com o objetivo, neste caso, de afirmação da resistência política e cultural no espaço eletrônico.

Palavras-chave

TAZ; máquina de guerra; rede; resistência digital; pirataria.

Introdução

Em trabalho anterior³ explicitamos as relações entre os conceitos de Zona Autônoma Temporária (TAZ, na sigla em inglês), formulado por Hakim Bey, e de máquina de guerra, elaborado pela dupla Deleuze e Guattari. Mais exatamente, apresentamos as razões pelas quais a TAZ pode ser entendida como máquina de guerra. Concluímos, então, que a proposta de Bey consiste na proliferação de máquinas de guerra tendo a rede como principal sistema de suporte. Este artigo tem por objetivo abordar um caso concreto, o do coletivo brasileiro Sabotagem, à luz da discussão anterior. A proposta do grupo é a distribuição gratuita de livros pela Internet, violando a legislação que protege direitos autorais. Em outras palavras, o uso da rede para o estabelecimento do livre fluxo do conhecimento ou a Internet como arma de “guerrilha cultural” por uma organização que opera de modo clandestino, obedecendo os princípios da TAZ.

¹ Trabalho apresentado ao NP 08 – Tecnologias da Informação e da Comunicação, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Jornalista e mestre em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ.

Antes de mais nada, é necessário recordar, brevemente, os conceitos citados acima. Tanto a TAZ quanto a máquina de guerra são idéias de extrema plasticidade. A primeira, como a definiu Bey, seria uma forma de rebelião que não confronta diretamente o Estado, “uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la.” (BEY, 2001, p.17) Suas características são a velocidade e a metamorfose; seus trunfos: a invisibilidade, isto é, o segredo, e a invulnerabilidade.

A máquina de guerra tem por objetivo traçar uma linha de fuga criadora, compor um espaço liso e permitir o movimento dos homens nesse espaço. Crucial, aqui, observar que a “guerra” se dá em fronts diversos. O belicismo pode e deve ser entendido de modo metafórico, já que um movimento artístico pode ser uma máquina de guerra. Assim como ocorre na TAZ, a velocidade é uma característica também da máquina de guerra, que, igualmente, não se pauta pelo princípio de identidade.

Um dos elementos comuns à TAZ e à máquina de guerra é o rizoma. Podemos, resumidamente, definir rizoma como multiplicidade a-centrada não-hierárquica, expressa na idéia de bandos, grupos que procedem por rizoma, isto é, têm por fundamento em sua ação a estrutura rizomática, oposta às estruturas arborescentes, estas definidas como hierárquicas e centralizadas. Bey vê no bando a estrutura adequada à formação da TAZ. Deleuze e Guattari percebem os bandos, mesmo os criminosos, como metamorfoses de uma máquina de guerra.

Por fim, é importante lembrar que a máquina de guerra, como observam Deleuze e Guattari, é invenção dos nômades. E o nomadismo, ao lado do bando, é uma das fontes positivas da TAZ.

Devemos ressaltar que tanto o conceito de TAZ como o de máquina de guerra são construídos em certa oposição ao Estado, o que é dito de forma transparente pelos autores. Vale recordar: a TAZ é uma forma de rebelião indireta contra o Estado. A máquina de

³ Zona Autônoma Temporária: web e máquinas de guerra, apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da

guerra, afirmam-no sem margem para dúvida Deleuze e Guattari, dirige-se contra o Estado. Alguns verão nesta oposição uma idéia caduca, quando não meramente romântica. Cremos, no entanto, que, em pelo menos um aspecto, ela é bastante efetiva. Referimo-nos ao aspecto legal. Ou seja, quando a TAZ e a máquina de guerra, para atingir seus propósitos, colocam-se fora da lei, tornam-se passíveis de criminalização e repressão por agentes do Estado.

‘Conhecimento não se compra’

É bastante conhecida a lenda de Robin Hood. O jovem nobre que no século XII deixa a Inglaterra para participar de uma Cruzada e ao retornar para casa encontra sua família e propriedades destruídas. Robin Hood, então, torna-se um fora da lei e passa a viver na floresta junto com seu bando sob o lema “roubar dos ricos para dar aos pobres”. Seu antagonista, o xerife de Nottingham, é um agente do Estado responsável pela coleta de impostos, ou seja, aquele que toma dos menos favorecidos para engordar a elite. Ainda que um possível Robin histórico não tenha sido tão generoso, o mito sobrepujou a realidade e o que chegou até nós foi o arquétipo do bom ladrão, um criminoso justo, um herói social.⁴

Passemos agora a uma outra figura arquetípica: o Pirata. As chamadas utopias piratas são mencionadas por Bey no primeiro capítulo de *TAZ* e serviram de tema a todo um livro de Peter Lamborn Wilson. (Tudo leva a crer que Bey e Wilson são a mesma pessoa.) Tão ou mais conhecidos do que Robin Hood, os piratas foram igualmente popularizados por inúmeros livros, filmes e desenhos animados. A visão ocidental dos piratas, entretanto, não é tão favorável ao personagem como acontece com o arqueiro de Sherwood. A exemplo de Robin, os piratas são fora-da-lei, mas têm sido apresentados sistematicamente como assassinos cruéis, covardes e gananciosos. Wilson busca dar-nos uma visão alternativa, que distancia-se enormemente daquela mais difundida, amparada nos relatos elaborados por seus adversários, uma vez que os piratas não escreveram a própria história. De acordo com o autor, os piratas instalados no norte da África entre os séculos XVI e XVII viviam em

Intercom.

⁴ A lenda está bem-documentada na Wikipedia, que compara Robin Hood, em sua leitura contemporânea, a um Che Guevara medieval: “... um arqueiro de habilidades mortais liderando uma pequena força rebelde em uma guerra de guerrilha... em favor dos oprimidos...”. <http://en.wikipedia.org/wiki/Robin_Hood#The_Robin_Hood_legend> Consultada em junho de 2005.

sociedades politicamente mais democráticas e eram sexualmente mais liberados do que os contemporâneos europeus. Numa época de alistamento forçado, em que, consta, bêbados eram seqüestrados para servir às marinhas européias, em cujos navios trabalhavam sob pesados castigos corporais, era comum, sustenta Wilson, a deserção em massa desses homens para juntarem-se aos piratas, que formavam uma meritocracia. O autor especula a possibilidade de o modelo de organização política que viria a consolidar-se mais tarde como paradigma da democracia representativa ocidental – aquele composto por duas câmaras de representantes eleitos – ter existido no norte da África na primeira metade do século XVII, especificamente na República do Bou Regreb, também chamada de República Moura ou República Corsária de Salé, antes de ser conhecido pelos povos da Europa e da América.

De que nos servem, aqui, as figuras de Robin Hood e do Pirata? Simples: ambas foram adotadas como símbolos pelo coletivo Sabotagem. Sob o lema “Conhecimento não se compra, se toma!”, o coletivo brasileiro criou uma página na Internet⁵ onde é possível obter gratuitamente o conteúdo de livros protegidos por leis de copyright e direitos autorais. Em março de 2005 a biblioteca virtual do Sabotagem dispunha de aproximadamente 200 obras disponíveis para download, nos mais variados gêneros. Entre os autores presentes, muitos com mais de um título, temos Nietzsche, Foucault, Bakunin, Dostoiévsky, Kafka, Eduardo Galeano, Aldous Huxley, William Blake, Hakim Bey, James Joyce, Jean Baudrillard, Guy Debord, Pierre Clastres, Oscar Wilde, George Orwell, Darcy Ribeiro, Ortega y Gasset, Luther Blisset, Umberto Eco, Paulo Freire, Noam Chomsky e Albert Camus. Chama a atenção, entre os textos, o *Manual do Guerrilheiro Urbano*, de Carlos Marighella.

Criminosos, dirão alguns. E terão razão. Além de promover a livre circulação de conhecimento pela rede (“dar o peixe”), o Sabotagem estimula outros a fazerem o mesmo e demonstra como isso é possível (“ensina a pescar”). No *link Montando uma biblioteca virtual*, o coletivo dá dicas técnicas e explica todos as etapas necessárias para a criação de uma página semelhante. Há também um *link* ensinando passo-a-passo, no formato de

⁵ < <http://www.sabotagem.cjb.net/> > consultado em fevereiro de 2005.

perguntas e respostas, como piratear livros. De fato, o Sabotagem transgrediu de forma deliberada a lei. No site, o grupo explica sua posição:

A distribuição de livros de forma gratuita mais do que a simples violação de leis que consideramos injustas é acreditar que através do conhecimento, cultura e arte podemos buscar ser algo melhor, é não temer o futuro e acima de tudo teimar em ter esperança no homem.⁶

Retornemos a Bey para melhor pensarmos a proposta do Sabotagem. No texto *The Occult Assault on Institutions*,⁷ não por acaso reproduzido na página do coletivo, o autor apresenta formas de organização que podem dar origem a uma TAZ. Elas vão de um simples encontro não-planejado a uma *Bee* – expressão da língua inglesa que diz respeito à formação de um grupo para alcançar um determinado objetivo comum –, a qual pode resultar em um clube ou uma *Tong* (termo que originalmente refere-se a um tipo de sociedade secreta chinesa clandestina). A TAZ, afirma Bey, pode surgir de qualquer uma das organizações mencionadas ou de combinações complexas entre elas. Parece-nos que no caso do Sabotagem a TAZ surge de uma *Tong*. Vejamos o porquê. Em *The Tong*,⁸ Bey diz que: “Uma *Tong* pode talvez ser definida como uma sociedade de benefício mútuo para pessoas com um interesse comum que é ilegal ou perigosamente marginal – de onde a necessidade de sigilo.” Ao decidir digitalizar o conteúdo de livros protegidos por lei e criar uma página na Internet por meio da qual pode-se ter acesso gratuito a estas obras, não é exagero dizer que o Sabotagem optou por colocar-se na ilegalidade, ou clandestinidade, com todos os riscos que esta condição inclui. Como era de se esperar, despertou a ira da indústria editorial. Em entrevista à revista Carta Capital, Wagner Carelli, executivo da editora W11, que publicou o livro *Stupid White Man*, de Michael Moore, incluído na biblioteca do Sabotagem, deixou claros seus sentimentos em relação ao coletivo: “Eles são ladrões e covardes, uns filhinhos de papai que não têm mais nada para fazer. Ficam aí bancando o Robin Hood, mas o que eles querem mesmo é a pequena publicidade”. Wagner não limitou-se a palavras. Ele tentou processar o grupo, mas sua investida fracassou. O motivo: ninguém foi localizado para receber a notificação judicial.

⁶ <<http://www.sabotagem.cjb.net/>> (em 12 de fevereiro de 2005).

⁷ <<http://www.hermetic.com/bey/occultassault.html>> consultada em junho de 2005.

Está claro que, a exemplo do que ocorre com a indústria fonográfica, temos aqui mais uma disputa em torno do estatuto do conhecimento. Disputa esta que tem em seu ponto fulcral a questão do copyright. Claro está, também, o fato de que as tecnologias digitais inauguraram uma nova era a esse respeito. Assim como a invenção da imprensa, na Europa, libertou o conhecimento do universo restrito das cópias manuscritas, a invenção ciberespaço libertou-o dos limites da materialidade, permitindo ao conhecimento multiplicar-se ao infinito e circular pelo mundo inteiro à velocidade da luz.

Em 1979, no livro *A Condição Pós-Moderna*⁹, o filósofo Jean-François Lyotard afirmava que a entrada das sociedades na idade pós-industrial e das culturas na idade pós-moderna, com a inevitável informatização das sociedades, alteraria o estatuto do saber. “É razoável pensar que a multiplicação de máquinas informacionais afeta e afetará a circulação dos conhecimentos, do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transportes), dos sons e, em seguida, das imagens (*media*) o fez.” (1979, p.4). Lyotard, então, apontava para a convergência entre as redes da moeda e do conhecimento, mercado e informação. “Em vez de serem difundidos em virtude de seu valor ‘formativo’ ou de sua importância política (administrativa, diplomática ou militar), pode-se imaginar que os conhecimentos sejam postos em circulação segundo as mesmas redes da moeda (...).” (1979, p.7)

A questão adquire especial relevância se, de fato, como quer Castells, vivemos sob um novo paradigma, o informacionalismo, que gradualmente estaria absorvendo e substituindo o industrialismo, identificado como paradigma da modernidade. A comprovação de que tal mudança está em curso, propõe o sociólogo, poderia ser feita pela observação de um desempenho superior do informacionalismo no acúmulo de riqueza e poder. Não é necessário concordar integralmente com a tese, mas não se pode deixar de reconhecer que há nelas algo de razoável. Podemos citar pelo menos dois sintomas que merecem reflexão. O primeiro é a ascensão de Bill Gates ao *status* de homem mais rico do mundo, título que ostenta há onze anos consecutivos, período cujo início coincide aproximadamente com a massificação da informática e da Internet. O segundo é o fenômeno Google, empresa que

⁸ <http://www.hermetic.com/bey/radio_se.html> (consultada em junho de 2005).

de um investimento inicial de US\$ 100 mil, em 1998, alcançou em 2005 o valor de US\$ 80 bilhões graças a uma valorização de 240% de suas ações em dez meses. Fundado na Califórnia, o Google se tornou, quatro anos depois, o site de buscas mais usado na rede (55% dos acessos para este fim), com mais de três bilhões de páginas indexadas. Em 2005, o número de páginas indexadas passava de oito bilhões. Interessante notar que o Google nada vende ao público, oferecendo gratuitamente seus serviços, o principal deles sendo um motor de buscas.

A trajetória do Google pode, talvez, ser melhor compreendida se levarmos em consideração as afirmações de Antonio Negri e Michael Hardt a respeito do processo de acumulação primitiva em seu modo pós-moderno. “Na pós-modernidade a riqueza social acumulada é cada vez mais imaterial; ela envolve relações sociais, sistemas de comunicação, informação e redes afetivas.” (2000, p. 279) Todos os quatro pontos mencionados pelos autores aplicam-se ao caso Google, que hoje, além de seu motor de buscas, oferece com grande sucesso para um serviço de e-mail, o Gmail, e um site de relacionamentos, o Orkut.

O próximo projeto do Google, anunciado com destaque na imprensa, consiste na criação da maior biblioteca digitalizada do mundo. (Atento, o Sabotagem não deixou a notícia passar em branco, reproduzindo-a em sua página.) Pelo acordo divulgado, o Google digitalizará integralmente os acervos das bibliotecas das universidades de Michigan e Stanford e parcialmente os acervos de Harvard, Oxford e da Biblioteca Pública de Nova York. A estimativa é de que 15 milhões de títulos estarão na rede em uma década. Mais um milhão virão da Biblioteca do Congresso dos EUA e de bibliotecas do Canadá, Egito, China e Holanda. A proposta, mais uma vez, é de que os internautas tenham acesso gratuito às obras, em pesquisas por título, autor, assunto e também por conteúdo.¹⁰

Na mesma linha, devemos destacar a criação pelo governo brasileiro de uma biblioteca pública digital, o projeto Domínio Público, também disponível na Internet¹¹, onde pode-se fazer o *download*, por exemplo, das obras de Marx e de Platão, para ficarmos apenas em

⁹ Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

¹⁰ A iniciativa gerou uma resposta similar francesa, preocupada com a hegemonia cultural anglo-saxã.

¹¹ <<http://www.dominiopublico.gov.br/>> consultada em junho de 2005.

dois autores de grande relevância. Neste caso, como no projeto do Google, o acervo é limitado a obras cujos direitos autorais estão sob domínio público, observando-se estritamente as fronteiras da legalidade. Eis o que distingue a proposta do Sabotagem, que não parte do Estado nem de uma empresa capitalista, mas de um grupo, ou bando, clandestinamente organizado para um fim ilegal, qual seja, a difusão de conhecimento a despeito de restrições jurídicas, ação que costuma ser condenada e combatida sob a rubrica de pirataria ou simples roubo.

Retornemos ainda uma vez a Hakim Bey. No já mencionado *The Occult Assault on Institutions*, o autor afirma que o objetivo das organizações propostas (seja uma *Bee* ou uma *Tong*) é otimizar as condições para a emergência da TAZ. No entanto, o fim último, o objetivo supremo é a construção de valores, a formação de valores em nível individual, traduzida na transformação da vida cotidiana. “... a concretude existencial da *Bee*, *Tong*, TAZ ou sublevação permite a ‘reavaliação de valores’...”¹² Em outro ensaio, *The Criminal Bee*,¹³ Bey sentencia que a ilegalidade é um atributo positivo da TAZ, implicando disto que a motivação mais profunda da organização está relacionada à superação de valores consensuais. No mesmo ensaio, o autor menciona Nietzsche e Fourier, que definiram o criminoso como um espírito insurrecto por natureza, revoltado contra a repressão sufocante do consenso social.

Nietzsche é um dos autores mais citados por Bey. É inevitável, aqui, reproduzir um trecho da obra *Assim falou Zaratustra*, em que, recorrendo à imagem do pastor e do rebanho, o pensador sintetiza um dos eixos de sua filosofia:

Não deve Zaratustra tornar-se pastor e cão de um rebanho.

Desgarrar muitos do rebanho – foi para isso que eu vim. Devem vociferar contra mim povo e rebanho: rapinante quer chamar-se Zaratustra para os pastores.

Pastores digo eu, mas eles se denominam os bons e justos. Pastores digo eu: mas eles se denominam os crentes da verdadeira crença.

Vede os bons e justos! Quem eles odeiam mais? Aquele que quebra suas tábuas de valor, o quebrador, o infrator: - mas este é o criador.

¹² <<http://www.hermetic.com/bey/occultassault.html>> consultada em junho de 2005.

¹³ <http://www.hermetic.com/bey/bey_criminal_bee.html> (consultada em junho de 2005).

Vede os crentes de toda crença! Quem eles odeiam mais? Aquele que quebra suas tábuas de valores, o quebrador, o infrator: - mas este é o criador.¹⁴

Impossível mais clareza. Criar, afirma Nietzsche, é quebrar os valores vigentes, romper padrões cristalizados, infringir as regras estabelecidas. Esta, ao que parece, é a causa abraçada por Bey.

Se, de fato, a informação, hoje, é a mais importante força produtiva, parece lógico que a não-aceitação do direito autoral e do copyright – e a adoção de conceitos como o copyleft – adquira o caráter de uma importante prática subversiva. É a concretização da proposta de autonomia do saber diante da regra do lucro e da propriedade privada.

Podemos observar uma certa polarização entre, de um lado, aqueles que se beneficiam da mercantilização do conhecimento e da informação e, de outro, os que têm como objetivo promover seu livre fluxo. É o que Mackenzie Wark aborda como uma nova “luta de classes”, na qual opõe vetorialistas e hackers. Não é nosso interesse, aqui, discutir se há, de fato, uma nova luta de classes ou se, realmente, os hackers constituem uma classe, muito menos questionar os usos que Wark faz de conceitos da teoria de Marx. Não obstante, consideramos conveniente observar alguns aspectos de sua hipótese. Wark define como hackers todos aqueles que produzem informação, em qualquer campo, seja informática, música, literatura, arte, ciência ou filosofia. O autor toma emprestado à epidemiologia o termo vetor para denominar qualquer meio pelo qual a informação circula. Assim, os vetorialistas são aqueles que detêm os meios de circulação de informação e a capacidade de distribuí-la em escala industrial, obtendo lucro dessa atividade. A analogia com proletariado e burguesia é evidente. Cabe lembrar que o conceito de proletariado, de acordo com Negri e Hardt, hoje abrange todos aqueles que produzem segundo as regras do capital. Aos hackers interessaria a livre circulação da informação. Aos vetorialistas, contrariamente, a restrição e, se possível, o monopólio de toda informação. A transformação da informação em propriedade privada é a operação pela qual cria-se uma escassez artificial subordinada aos interesses vetorialistas.

¹⁴ *Assim falou Zaratustra*, in *Obras Incompletas / Friedrich Nietzsche, Os Pensadores*, São Paulo: Nova Cultural, 1987.

O poder da classe vetorialista, argumenta Wark, consolida-se, geralmente, pelo controle de três aspectos: estoques de informação; fluxos de informação; e vetores de informação. Um estoque é um arquivo, um corpo de informações. O estabelecimento de um fluxo é a capacidade de distribuir informação rapidamente, em grande escala. Um vetor é o meio pelo qual se efetiva tanto a distribuição de um estoque ao longo do tempo como a distribuição espacial de um fluxo. Os vetorialistas possuem a capacidade de commodificar estoques, fluxos ou os próprios vetores. A liberdade da informação só é efetiva quando estoques, fluxos e vetores estão livres.

Não podemos deixar de mencionar a relação que Deleuze (1992) estabelece entre máquinas e sociedades. Às antigas sociedades de soberania correspondem as máquinas simples, acionadas por alavancas e roldanas. Às sociedades disciplinares, as máquinas energéticas. Às sociedades do controle, máquinas de informática e computadores. Nas sociedades disciplinares, os perigos passivos e ativos para as máquinas eram, respectivamente, a entropia e a sabotagem. Nas de controle, o passivo é a interferência e os ativos, a introdução de vírus e a pirataria. As sociedades de soberania formam a primeira das três épocas da constituição da política moderna, em que o poder é entendido como domínio e a ordem social é classista e rígida. A segunda época é a da representação política e das técnicas disciplinares, do confinamento e da normatização fundada no trabalho. O terceiro período da organização do poder seria o da política da comunicação, da luta para o controle ou para a libertação do sujeito da comunicação. (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p.39) A resistência hoje passaria pela oposição ao controle da comunicação, reapropriação das máquinas de comunicação, liberação das máquinas de subjetivação.

Infoguerrilha

Propomos que o Sabotagem seja entendido como um exemplo concreto e bastante próximo a nós das possibilidades de resistência digital, uma espécie de guerrilha cultural. Exemplo daquilo que Bey chamou de *contra-net*, termo com o qual indica o “uso clandestino, ilegal e rebelde da *web*, incluindo a pirataria de dados...” (BEY, pp.31-32), cujo fluxo livre de informações e de transmissões não-autorizadas é incontrolável. No que se refere aos

conceitos estabelecidos por Wark, podemos dizer que o Sabotagem trabalha para a liberação de estoques, fluxos e vetores. Devemos ainda observar que a Internet é um território nômade por excelência onde tentativas de captura de fluxo podem facilmente ser frustradas. O site humorístico brasileiro Cocadaboa é um exemplo. Ameaçado por processos, o grupo resolveu procurar abrigo em um provedor da Eslovênia. Em sua página, o Cocadaboa exibe uma bandeira daquele país e desafia: “Quer nos processar? Boa Sorte! Nosso site está hospedado na Eslovênia”. O próprio Sabotagem, que em fevereiro de 2005 era encontrado no endereço <www.sabotagem.cjb.net>, migrou, por razões que desconhecemos, para <www.inventati.org/sabotagem/>.

Creemos que o Sabotagem se insere naquilo que o *Critical Art Ensemble* percebe como um movimento crucial: a afirmação da resistência política e cultural no espaço eletrônico. O coletivo brasileiro promove na rede a abertura de um espaço liso, propício aos movimentos rizomáticos, e usa do nomadismo, da velocidade e da invisibilidade para o ataque ao controle. Poderíamos ainda reivindicar para o Sabotagem o conceito de hacktivismismo como o definiu Oxblood Ruffin, integrante do notório grupo hacker *Cult of the Dead Cow* (cDc): o uso da tecnologia em prol dos direitos humanos por meio da mídia eletrônica. A expressão, cunhada em 1996 para descrever a atividade hacker com fins políticos, teve seu significado aperfeiçoado ao longo do tempo e, por fim, associado à Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo artigo 19 prevê que:

Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou qualquer outro meio de sua escolha.

A declaração prevê, também, de modo genérico, restrições legais para o exercício deste direito. E aqui voltamos ao questionamento da legitimidade do direito autoral. A este respeito, o coletivo italiano Wu Ming – derivado do projeto Luther Blisset – apresenta um ponto de vista interessante.

“Quando o copyright foi introduzido, há três séculos, não existia nenhuma possibilidade de ‘cópia privada’ ou de ‘reprodução sem fins de lucro’, porque só um editor concorrente tinha acesso às máquinas tipográficas... O copyright não era

percebido como anti-social, era a arma de um empresário contra um outro, não de um empresário contra o público. Hoje a situação está drasticamente mudada, o público... tem acesso ao maquinário (computador, fotocopiadoras etc.) e o copyright é uma arma que dispara contra a multidão.”

Como pano de fundo temos a oposição entre o que Negri e Hardt denominaram rede democrática e rede oligopolista. Esta apresenta estrutura arborescente, definida como hierárquica e centralizada, e caracteriza-se pelos sistemas de difusão, nos quais há um único ponto, relativamente fixo, de emissão e os pontos de recepção são potencialmente infinitos e territorialmente indefinidos. Toda a indústria cultural, afirmam os autores, tem operado, tradicionalmente, dentro deste modelo, no qual as redes podem ser dominadas por um número relativamente pequeno de empresas. A rede democrática é um modelo horizontal e relaciona-se ao rizoma, que, como vimos, consiste na multiplicidade acentrada não-hierárquica.

Concluimos com um convite à reflexão a partir da célebre máxima de Proudhon, segundo a qual a propriedade é um roubo, aplicada ao contexto de nossa discussão. Dito isto, fica a pergunta, quem é, verdadeiramente, o ladrão?

Referências bibliográficas

BERARDI, Franco. “Auto-Organização da Inteligência Coletiva Global”, in COCCO, Giuseppe e HOPSTEIN, Graciela (Org.). *As Multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BEY, Hakim. *TAZ – Zona Autônoma Temporária*, São Paulo: Conrad Editora, 2001

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

CRITICAL ART ENSEMBLE (CAE). *Distúrbio Eletrônico*, São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001a.

_____. *Digital Resistance*, Nova York: Autonomedia, 2001b.

DELEUZE, Gilles. “Sobre as Sociedades de Controle Post-Scriptum”, in Conversações: 1972-1990, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. Mil Platôs. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

_____. Mil Platôs. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Império, Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. Trabalho Imaterial, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LYOTARD, Jean-François. A Condição Pós-Moderna, Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra, in Obras Incompletas, Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1987.

WARK, Mackenzie. A hacker manifesto, Harvard University Press, 2004.

Sites:

Hermetic: <http://www.hermetic.com/> (consultado em junho de 2005)

Portal Domínio Público: www.dominiopublico.gov.br/ (consultado em junho de 2005)

Rizoma: <http://rizoma.net/hp2.htm> (consultado em junho de 2005)

Sabotagem: <http://www.inventati.org/sabotagem/> (consultado em junho de 2005)

Wikipedia: <http://en.wikipedia.org/> (consultado em junho de 2005)

Cult of the Dead Cow: www.cultdeadcow.com/ (consultado em junho de 2005)